

Como Organizar Feiras de Economia Solidária



Cartilha 1
Série: Feiras de
Economia Solidária
Programa Nacional de
Fomento as Feiras de
Economia Solidária

Como Organizar Feiras de Economia Solidária é fruto de Oficina de Avaliação de Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária, realizada no mês de março de 2006 em Brasília/DF.

A experiência acumulada dos interlocutores estaduais do referido Programa, que foi lançado no ano de 2005¹ pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES/MTE em parceria com o Instituto Marista de Solidariedade - IMS, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES e a Fundação Banco do Brasil - FBB, como uma das estratégias para fomentar a economia solidária em todo território brasileiro e como sendo uma proposta mais ampla de promoção da Política Nacional de Comércio Ético Solidário e do Consumo Responsável, resultou na elaboração deste material de apoio para organizações de feiras de economia solidária.

Compreendemos que para realização de uma feira de economia solidária são necessários alguns passos norteadores para execução das diversas atividades que um evento desse tipo requer. Nesse sentido, pretendemos apresentar, de forma simples e didática, alguns cuidados imprescindíveis no processo de planejamento de feiras baseados nos princípios da economia solidária. Este material, no entanto, é apenas uma base para nortear a implantação de uma feira, mas a criatividade e adaptação às realidades locais deverão ser consideradas neste processo de construção coletiva.

¹No ano de 2005, com o apoio deste Programa, foram realizadas dezoito feiras de Economia Solidária em todo o Brasil. Os Estados participantes foram: Rondônia, Pará, Tocantins, Acre, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Distrito Federal e entorno.

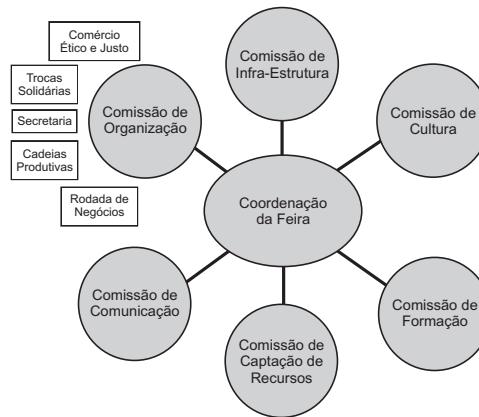


FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

As Feiras de Economia Solidária se constituem não apenas como um espaço de exposição e comercialização direta dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários, mas um espaço de trocas solidárias, de rodada de negócios, de apresentações culturais e artísticas, de informação e formação política em economia solidária, articulação de cadeias produtivas, bem como divulgação e estímulo do consumo ético, justo e solidário.

Para viabilizar as atividades previstas para realização de uma feira de economia solidária, o ideal é realizar um bom planejamento² e contar com uma equipe de trabalho que dialogue e construa coletivamente o evento. A seguir, apresentaremos algumas comissões que consideramos importantes para implantação de uma feira de economia solidária.

Organograma - Equipes para Organização de Feiras



Fonte: Elaboração Própria

O organograma acima mostra a organização das comissões de trabalho para a gestão da feira. Essas comissões devem manter diálogos para um bom desempenho do trabalho em equipe. Vejamos algumas atribuições de cada comissão.

²Apresentamos ANEXO um roteiro de como elaborar um projeto de feira estadual de economia solidária. No entanto, o roteiro apresentado pode ser adequado para elaboração de outros tipos de feiras.



COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO: a comissão de organização deve ser dividida em:

- **Secretaria:** com pessoal responsável para inscrição, mobilização e rotinas administrativas do evento. Para esta equipe é necessário disponibilizar telefone, computador e material de expediente para desenvolvimento das atividades previstas.



- **Organização de Rodada de Negócios:** essa equipe deverá planejar e articular rodadas de negócios da Economia Solidária. Para isso é necessário uma listagem dos empreendimentos participantes e dos produtos e serviços que serão ofertados na feira para organização da rodada de negócios, além de convidar parceiros e lojistas da região para que conheçam os produtos da economia solidária e sejam realizados negócios entre empreendimentos e potenciais compradores. Os participantes da rodada são colocados frente a frente, com horários previamente agendados em espaço onde é possível conhecerem os seus produtos/serviços, negociando preços, condições de pagamento, prazo de entrega dos produtos/serviços, qualidade, etc.

- **Organização de Trocas Solidárias:** Clube de Trocas: deve-se garantir um espaço onde as pessoas se reúnam para trocarem entre si produtos, serviços e saberes, de forma solidária, utilizando ou não “moeda social”. Para viabilizar essa atividade, o ideal é elaborar coletivamente normas de funcionamento do grupo e realizar reuniões: **ACOLHIDA** - uma dinâmica ou mística - apresentação dos participantes e seus produtos; **TROCAS** - as pessoas participantes fazem trocas entre si e **AVALIAÇÃO DO ENCONTRO**. Para que ocorra o processo democrático e autogestionário é necessário compor equipes rotativas de trabalho e coordenação (eleitas pelo grupo).

- **Organização de Cadeias Produtivas:** a equipe irá mapear os empreendimentos participantes da feira observando-os para organização dos mesmos em cadeias produtivas. O espaço na feira de organização de cadeias produtivas pode contribuir para a criação de redes de produção, comercialização, consumo e crédito para os empreendimentos econômicos solidários participantes, possibilitando um avanço para os mesmos.

- **Organização de Comércio Ético, Justo e Solidário:** alguém responsável, para ter o devido cuidado com a seleção dos empreendimentos que participarão da feira. Verificar se os expositores são empreendimentos econômicos solidários e garantir a representatividade de diferentes segmentos produtivos e/ou atividades econômicas na feira.



COMISSÃO DE INFRA-ESTRUTURA: essa equipe é de fundamental importância para que sejam minimizados alguns transtornos durante a feira. Fica sob a responsabilidade dessa comissão a implantação dos espaços para assegurar o funcionamento e propiciar o diferencial das realizações das feiras de economia solidária, respeitando seus princípios básicos. Vejamos a seguir algumas dicas sobre infra-estrutura de feiras de economia solidária:

1) Espaço para a realização da feira - após a definição, pela equipe, de um bom local para implantação da feira, deverá ser encaminhada uma solicitação de autorização por escrito, para o órgão responsável no município, para garantir tal espaço;

2) Serviço de iluminação/energia: - deverá encaminhar uma solicitação para a companhia energética local, para implantação das instalações elétricas antes e durante a realização do evento. Para instalação da infra-estrutura, deve-se procurar utilizar e aproveitar a ventilação e iluminação natural da melhor forma, garantindo o uso racional de energia elétrica;

3) Serviço hidráulico - deverá encaminhar uma solicitação para a companhia de água e esgoto do município, para a instalação de bebedouros para consumo de água potável e alguns pontos hidráulicos, se houver necessidade, para outras finalidades no local da feira. Deve-se ter o cuidado para evitar o desperdício de água e para um bom aproveitamento da mesma;

4) Serviço Sanitário - garantir ponto de apoio sanitário e/ou viabilizar a instalação de banheiros ecológicos - químicos;

5) Programa ambiental - Verificar se no município onde será realizada a feira existe programa de coleta seletiva e convidar os responsáveis para participar do evento. Caso não exista, deve-se pensar em implantar um sistema seletivo de materiais recicláveis para destinação adequada dos resíduos sólidos gerados durante o evento. Devemos também ter o cuidado de não usar descartáveis;

6) Barracas, estandes, tendas, auditórios, etc - Os espaços da feira a serem utilizados devem ser pré-estabelecidos pela comissão de infra-estrutura. Para isso, é interessante providenciar um termo de compromisso com as normas internas do evento. Alguns espaços devem ser garantidos, tais como:

- **Espaço para os empreendimentos** - podem ser estandes ou barracas para exposição dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários participantes;

- **Espaço para secretaria** - local de apoio para coordenação viabilizar algumas atividades durante o evento;

- **Espaço institucional** - estandes ou barracas destinadas aos parceiros do evento para divulgação;

- **Espaço para realização de atividades formativas:**



Oficinas práticas - espaço para aprendizagem de novas técnicas produtivas, como por exemplo: oficina com materiais recicláveis, pintura, bijuterias, etc.

Seminários, palestras e oficinas de formação - eventos que possibilitem a informação e formação em economia solidária. Esse espaço pode ser utilizado também para troca de experiências e canto de leitura durante o evento.

- **Espaço para realização de eventos culturais** - o ideal é garantir um palco com som e iluminação e um espaço aberto para manifestações culturais, dando ênfase aos artistas locais;

- **Espaço para Rodada de Negócios e Trocas Solidárias** - deve-se reservar um espaço adequado para possibilitar os momentos de trocas solidárias, com ou sem moeda social, como também promover a rodada de negócios entre empreendimentos econômicos solidários participantes do evento e convidados;

- **Espaço para Comunicação** - rádios comunitárias, TV experimental para divulgação das atividades durante o evento;

- **Espaço para armazenamento dos produtos** - os empreendimentos participantes necessitam de espaços para guardar seus produtos durante os dias de realização da feira. Portanto, é necessário garantir um local adequado para armazenagem dos produtos. Deve-se verificar junto a secretaria de organização do evento se existem empreendimentos que irão expor produtos perecíveis e como será garantida a refrigeração dos mesmos.

7) Segurança - deve-se articular seguranças junto à Secretaria de Segurança Pública para circular no evento durante os dias de realização da feira;

Outros itens que devem ser pensados, dependendo do nível de abrangência da feira, são:

8) Hospedagem e transporte - é importante garantir a hospedagem e transporte para as pessoas que estão representando os empreendimentos se estes representantes não residirem na cidade onde está acontecendo o evento. Como, por exemplo: as feiras intermunicipais, estaduais, regionais e nacionais de economia solidária;

9) Alimentação - a alimentação durante a feira deve ser articulada com os empreendimentos que trabalham com alimentação no intuito de potencializá-los. O ideal é não utilizar materiais descartáveis, mas providenciar kit para utilização no evento.

10) Kit de material - caso seja possível, é interessante providenciar materiais para utilização durante a feira, tais como: blusas, bolsas, blocos de notas, canetas, material didático, copos, etc.



COMISSÃO DE CULTURA: uma feira de economia solidária requer atividades culturais para animar o evento. Defendemos que as atividades culturais programadas sejam feitas com grupos ou entidades que tenham algum tipo de envolvimento com o movimento da economia solidária e que haja valorização da cultura local. Portanto, para pensar essa programação cultural é necessário uma equipe que se responsabilize pela seleção e mobilização de grupos e apresentações culturais e artísticas durante a feira.

COMISSÃO DE FORMAÇÃO: essa equipe é responsável por pensar coletivamente sobre as atividades formativas e de capacitação em Economia Solidária durante o evento. Algumas atividades para serem realizadas, e precisam de articulação e preparação de material e requerem custos que devem ser previstos, tais como:

1) **Oficinas temáticas** - podem ser oficinas práticas para aperfeiçoamento de alguma técnica. Por exemplo: repassar técnicas de reciclagem de papel; oficina de designer de artesanato; etc;

2) **Seminários e/ou palestras** - essas atividades são consideradas importantes ferramentas de difusão conceitual e filosófica da economia solidária. A seguir, apresentaremos algumas sugestões de temas para realização dessas atividades:

- Economia Solidária;
- Comércio Ético, Justo e Solidário;
- Moeda Social e Trocas Solidárias;
- Desenvolvimento Sustentável Solidário;
- Microcrédito - Finanças Solidário;
- Rodadas de Negócios;
- Empreendedorismo Coletivo;
- Entendo de Custos, Despesas e Preço de Vendas.

É interessante também garantir um espaço para leitura e troca de experiências entre os empreendimentos participantes e o público em geral.



COMISSÃO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS:

essa equipe deve ficar responsável pela articulação de parcerias e apoio institucional para o evento.



COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO: pensar a identidade visual e produção de material de divulgação para o evento e articular a produção de faixas, cartazes, fôlderes, panfletos, notas em jornais, bem como chamadas em rádios, Tvs, etc. Essa equipe deve ficar responsável também pela articulação, mobilização e divulgação de modo geral na mídia alternativa e convencional.



COORDENAÇÃO DA FEIRA: deve ser constituída por um representante de cada uma das comissões formadas, para garantir uma gestão coletiva da feira.

Vale a pena ressaltar que as pistas e dicas aqui representadas são resultado da troca de experiência dos dezoitos interlocutores estaduais e da equipe do Instituto Marista de Solidariedade no Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária do ano de 2005. E que o nosso esforço foi no intuito de dar uma contribuição para que empreendimentos, Fóruns, entidades e instituições que buscam realizar feiras de economia solidária tenham alguns cuidados básicos no planejamento de um evento desta natureza. Temos convicção de que muitas dicas não podem ser generalizadas, pois as particularidades de cada região, Estado, município e comunidade, bem como do movimento de economia solidária, de modo geral, não permitem generalizações.

ANEXO I

Documento-Modelo para o Plano de Trabalho das Feiras Estaduais 2006

PROPOSTA

DATA

1. DADOS CADASTRAIS

1.1 Projeto

Título:		
Período de Realização:	Local de desenvolvimento do trabalho/município/UF:	
Valor Total do Projeto:		
Recursos da FUNDAÇÃO:	Recursos Próprios:.....	Recursos de Terceiros:

1.2 Dados no Estado proponente

Nome das pessoas de referência no Estado:			
DDD/Telefone:	DDD/Celular:	DDD/Fax:	Correio Eletrônico:

2. INTRODUÇÃO

(Histórico e situação socioeconômica do município e da comunidade a ser assistida)

3. APRESENTAÇÃO DO FÓRUM ESTADUAL E PARCEIRO PARA REALIZAÇÃO DA FEIRA

(Tece comentários sobre o Fórum, tais como: finalidade, local de funcionamento, suas principais atividades, projetos realizados, histórico e outras informações apropriadas sobre parceiros na realização da feira)

4. INFORMAÇÕES DA FEIRA

4.1 Geral

(Descrever de forma geral como será a feira, número de dias, local, estratégias previstas)

4.2 Atividades

(Quais atividades serão realizadas? De que natureza? (oficina, seminário, evento cultural, estandes especiais, etc. Para cada atividade, descrever “como”, “para quem” e especificar a metodologia, estratégias, responsabilidade e parceiros na sua execução).

Atividade 1:

Atividade 2:

Atividade 3:

etc.



5. PROCESSO

(Como será construída a feira? Quem são os parceiros e como cada parceiro participará?)

6. PROTAGONISMO, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

(Como se pretende garantir o efeito protagonismo e participação dos empreendimentos solidários, e como se espera conseguir a representação dos segmentos existentes no Estado?)

7. PÚBLICO E EMPREENDIMENTOS ESTIMADOS

(Quantos visitantes são esperados? Quantos empreendimentos? Quantos estandes estão previstos?)

8. COMUNICAÇÃO E IDENTIDADE VISUAL

(O que está previsto em termos de divulgação da feira e de articulação com a campanha; “Economia Solidária: outra economia acontece”?)

9. OUTROS

(Espaço para descrição de outros aspectos e elementos da feira que sejam pertinentes, como aspectos ambientais, entre outros)

10. METAS (O quê?, Quando?, Quanto? Onde?)

(Quantificar as metas a serem atingidas na feira)

11. RESULTADOS ESPERADOS (O que se espera?)

(Consignar os resultados previstos na feira e quais os efeitos e reflexos esperados sobre o cotidiano da comunidade)

12. PRAZO DE EXECUÇÃO (Período)

13. OPERACIONALIZAÇÃO (Como funcionará? Quem implementará? Quem custeará? Quem administrará?)

(Como funcionará a execução da feira, como serão custeadas as despesas de funcionamento e de que forma e por quem será administrado?)

Local e data de concretização deste plano de trabalho: _____



ANEXO II - CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

Título do projeto:

Beneficiária:

I - Descrição dos Itens	Tipo		Tipo
01- Tendões		12- Locação de mesas e cadeiras	
02- Stands		13- Organização da estrutura geral	
03- Locação de banheiros químicos (ecológicos)		14- Segurança	
04- Locação de bebedouros		15- Transporte	
05- Locação de balanças		16- Alimentação	
06- Locação de balcão refrigerador		17- Rede elétrica	
07- Locação de computador com impressora		18- Hospedagem	
08- Serviço de som, microfone, logística		19- Assessoria de imprensa para divulgação da feira	
09- Faixas de divulgação		20- Assessoria às oficinas e seminários	
10- Banner de divulgação			

II - Cronograma/Demonstrativo

ITENS	TOTAL			MÊS 01			MÊS 02			MÊS 03		
	MTE	BEN	OUT	MTE	BEN	OUT	MTE	BEN	OUT	MTE	BEN	OUT
01-	0,00	0,00	0,00									
02-	0,00	0,00	0,00									
03-	0,00	0,00	0,00									
04-	0,00	0,00	0,00									
05-	0,00	0,00	0,00									
06-	0,00	0,00	0,00									
07-	0,00	0,00	0,00									
08-	0,00	0,00	0,00									
09-	0,00	0,00	0,00									
10-	0,00	0,00	0,00									
11-	0,00	0,00	0,00									
12-	0,00	0,00	0,00									
13-	0,00	0,00	0,00									
14-	0,00	0,00	0,00									
15-	0,00	0,00	0,00									
16-	0,00	0,00	0,00									
17-	0,00	0,00	0,00									
18-	0,00	0,00	0,00									
19-	0,00	0,00	0,00									
20-	0,00	0,00	0,00									
TOTAL	0,00	0,00	0,00									

LEGENDA

MTE: Recursos do Ministério do Trabalho e Emprego
 BEN: Recursos da Beneficiária
 OUT: Recursos de outras fontes
 TOT: Recursos Totais

OBSERVAÇÕES

1. Os meses são contados a partir do início do projeto
 2. Instruções para preenchimento no verso

Cronograma Físico-Financeiro/Demonstrativo de Usos e Fontes - Instruções para preenchimento

Beneficiária: Informar a razão social completa da beneficiária, acrescida da sigla, se for o caso; Deverá figurar como beneficiária a Instituição com poderes para firmar o instrumento contratual e que disponha de personalidade jurídica própria. A beneficiária deverá ser a mesma identificada na "Folha de Rosto" que capeia os termos de Referência.

Cronograma/Demonstrativo: Expressar os valores em moeda corrente nacional; distribuir os valores mensalmente, de acordo com as necessidades apontadas na **descrição dos itens** e com a fonte de recursos; As colunas de TOTAL deverão coincidir com o somatório dos desembolsos mensais de cada uma das fontes de recursos envolvidas.



POSSÍVEIS PARCEIROS E APOIADORES PARA REALIZAÇÃO DE UMA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Governo Federal, Governo Estadual, Prefeituras Municipais, Universidades, Faculdades, Colégios e Escolas, Petrobras, Chesf, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil, Bancos Privados SEBRAE, ONGs locais, Igrejas, Fundações e Institutos, Sindicatos.

GLOSSÁRIO:

AUTOGESTÃO: conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisões, que propicia a autonomia de um “coletivo”. É um exercício de poder compartilhado, que significa as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais. Engloba a caráter social, econômico, político e técnico (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

CADEIAS PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS: compõem todas as etapas realizadas para elaborar, distribuir e comercializar um bem ou serviço até o seu consumo final. Algumas concepções também integram o financiamento, desenvolvimento e publicidade do produto, considerando que tais custos compõem o custo final e lhe incorporam valor a ser recuperado graças à venda do produto. Em outras palavras, uma cadeia produtiva pode ser mapeada, levantando-se os itens que foram consumidos ou realizados para a produção de um bem ou serviço. Quando consideramos as cadeias produtivas em economia de rede, partimos sempre do consumo final e produtivo, para então compreendermos as conexões e fluxos de matérias, informações e valores que circulam nas diversas etapas produtivas em seus processos de realização. A reorganização solidária das cadeias produtivas, sob a lógica da abundância, amplia os benefícios sociais dos empreendimentos em função da distribuição de riqueza que operam, visando sustentar o consumo nas próprias redes (MANCINI, 2003, p.26).

COMÉRCIO JUSTO: entendemos por comércio justo a rede comercial de produção-distribuição-consumo orientadas para um desenvolvimento solidário e sustentável, que beneficie principalmente os produtores excluídos ou em situação de desvantagem, impulsionando melhores condições econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e éticas neste processo (preço justo para os produtores, educação para os consumidores, desenvolvimento humano para todos).

O comércio justo está orientado para o reconhecimento e a valorização do trabalho e as expectativas dos produtores e consumidores, permitindo melhorar as condições de vida. Propõe-se estabelecer relação entre produtores e consumidores, baseados na equidade, na associação, na confiança, na solidariedade e no interesse compartilhado. Propõe-se obter condições mais justas para os produtores, especialmente os mais marginalizados, e fazer evoluir as práticas e regras do comércio internacional para critérios de justiça e equidade com o apoio dos consumidores (FRETELL e ROCA, 2003, p. 36)

CONSUMO SOLIDÁRIO: significa consumir bens ou serviços que atendam às necessidades e desejos do consumidor, visando: (a) realizar o seu livre bem-estar pessoal; (b) promover o bem-estar dos trabalhadores que elaboram, distribuem e comercializam aquele produto ou serviço; (c) manter o equilíbrio dos ecossistemas; (d) contribuir para a construção de sociedades justas e solidárias (MANCINI, 2003, p. 44).

DESENVOLVIMENTO LOCAL: é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim, trata-se de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais (JESUS, 2003, p.72).

O desenvolvimento local pode ser entendido “como um plano de ação coordenado, descentralizado e focalizado, destinado a ativar e melhorar - de maneira sustentável - as condições de vida dos habitantes de uma localidade, e no qual o desenvolvimento estimula a ampla participação de todos os atores relevantes (COELHO, 1996, p.11).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: significa uma nova forma de ver o desenvolvimento da sociedade, ciente dos prejuízos causados ao meio ambiente pelo desenvolvimento econômico atual, busca conciliar a continuação do processo de desenvolvimento de nossa sociedade com a manutenção do equilíbrio ambiental planetário. De um lado, o desenvolvimento das sociedades visa satisfazer as necessidades e as aspirações humanas, de outro, visa proteger a qualidade da vida do meio ambiente (...) tanto os desequilíbrios ambientais causados pelas atividades humanas (como envenenamento das águas, poluição do ar, extinções de espécies, aumento das pragas agrícolas e das doenças degenerativas humanas) quanto o desenvolvimento da ciência ecológica levaram a humanidade a discutir sua forma de desenvolvimento e a buscar soluções para esses problemas (MILANEZ, 2003, p.76).

ECONOMIA SOLIDÁRIA: o conceito de economia solidária se refere à organização de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para a com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (SINGER, 2003, p.116).

A Economia Solidária é fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular. Esta nova prática de produção e consumo privilegia o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras (Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária - 2005).



EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência, os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, da comercialização e do crédito. Apresentam-se sob forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão e combinam suas atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que se inserem (GAIGER, 2003, p 135).

MOEDA SOCIAL: um instrumento de confiança utilizado por uma ou mais pessoas e/ou grupo(s) que exerce as funções de unidade valorativa, que pode circular livremente em uma comunidade e é aceita como forma de pagamento; seu valor nominal não é igual ao valor intrínseco, depende da confiança daqueles que a recebem ou a repassam, por isso não pode ser usada como instrumento de entesouramento das riquezas produzidas pelos indivíduos ou comunidade.

Nesse sentido, “moeda social” se apresenta como um conjunto de práticas sociais datadas e localizadas historicamente, que se propõe a experimentar novas formas de ação coletiva cujo caráter sociopolítico possibilita entender que a dinâmica monetária pode cumprir outras funções sociais, culturais e econômicas, não deriva de determinismos abstratos e, por isso mesmo, pode ser alterada intencionalmente pela coletividade (ALBUQUERQUE, 2003, p.199).

RODADA DE NEGÓCIOS: é um instrumento de mercado, que pode ser muito eficaz para a promoção de negócios na economia solidária, uma vez que fortalece as cadeias produtivas, criando oportunidades de negócios e troca de informações, saberes e experiência. É um espaço para conhecimento de mercados potenciais e intercâmbios comerciais e tecnológicos, bem como realização de parcerias do nível local, nacional e internacional.

As rodadas de negócio na economia solidária proporcionaram articulação da produção, comercialização e consumo, como também uma ação política, econômica e cultural entre os empreendimentos econômicos solidários participantes (SCHNORR, Giselle Moura (IFIL), SILVA, Shirlei Aparecida A.(IMS) AMORIM, Rizeide Souza, 2006, Josi (CAPINA)).

TROCAS SOLIDÁRIAS - CLUBES DE TROCAS: os clubes de trocas se constituem como organização de grupos de pessoas que juntam a necessidade de consumir de umas como capacidades de produzir de outras, ou seja, pessoas que têm algo para “oferecer” e pessoas que têm algo para “consumir” fazem troca desses produtos e serviços, sem que a presença do dinheiro seja determinante. Para fazer o papel do dinheiro cria-se um bônus que serve como “informação” sobre as operações, mas são produzidas e controladas pelo próprio grupo, de modo que sempre existirá a quantidade necessária para as trocas possíveis, nem mais nem menos (Primavera (2003, p.60).

É importante ressaltar que os clubes de trocas não são apenas espaços de intercâmbio comerciais, mas também são espaços de trocas sociais, culturais, trocas de saberes. No dizer de Singer (2002), eles contribuem para a integração das pessoas a grupos, possibilitando novas amizades, afetos, favores e gentilezas.

Os clubes de trocas têm como objetivo principal criar alternativas de consumo, valorizando o trabalho de cada um, através da construção coletiva de um mundo de paz, justiça e solidariedade.

EQUIPE DE INTERLOCUTORES - 2005

Amélia Virginia Lucena Lima - Alagoas
Denise Barbieri Biscotto - Espírito Santo
Franklin Plesmann - Bahia
Iláene T. Ferreira - Rondônia
Jefferson Lucas Marques - Sergipe
José Inácio Konzen - Rio Grande do Sul
Lourdes Marchi - Paraná
Luiz Antunes da Penha - Rio de Janeiro
Marcos Eudênio de Souza - Ceará
Maria do Socorro Ribeiro Martins - Pará
Maria Odília R. da Silva - Goiás
Martone Vieira - Tocantins
Patrícia P. Freitas - Santa Catarina
Paulo Henrique Moraes - Distrito Federal e Entorno
Rizoneide Souza Amorim - Rio Grande do Norte
Rosana O. Pontes de Souza - Pernambuco
Samirame Carvalho da Silva - Acre
Tânia Mendes - Piauí

EQUIPE INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE - IMS - 2005

José Manuel Pires Alves - Diretor Presidente da União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE
Vicente Falqueto - Diretor Executivo
Dilma Rodrigues Alves - Gerente de Assistência Social
Afonso Tadeu Murad - Diretor do IMS



Milda Lourdes Pala Morais - Analista Social
Shirley Aparecida Almeida Silva - Analista Social
Antônio Baptista Ribeiro - Assistente Administrativo
Jackson Willians S. Santos - Técnico Administrativo Financeiro

EQUIPE SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - SENAES/MTE - 2005

Luiz Marinho - Ministro do Trabalho e Emprego - MTE
Paul Singer - Secretário Nacional de Economia Solidária - SENAES
Fábio José Bechara Sanchez - Secretário Adjunto
Dione Manetti - Diretor de Fomento a Economia Solidária
Valmor Schiochet - Diretor do Departamento de Estudos e Divulgações
Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça - Coordenador Geral de Comércio Justo e Crédito
Cláudio Roberto Marinho Alves da Silva - Coordenador Geral de Estudos
Cláudio Araújo Nascimento - Coordenador Geral de Promoção e Divulgação
Jorge Luiz da Silva Nascimento - Coordenador Geral de Fomento

EQUIPE FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES - 2005

Daniel Tygel - Secretaria Executiva
Rosana Kirsch - Secretaria Executiva
Sabrina Fadel - Secretaria Executiva
Joana Palheta - Coordenação Nacional - GT de Produção, Comercialização e Consumo
Idalina Maria Boni - Coordenação Nacional
Sebastiana Almire de Jesus - Coordenação Nacional

EQUIPE FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL - FBB - 2005

Silvio Perfeito - Gerente de Recursos de Terceiro
Jorge Streit - Diretor da Área Trabalho e Renda
Jamil Sales - Assessor Pleno
Carmem dos Santos Araújo - Assessora Plena



PROGRAMA NACIONAL DE FOMENTO AS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA INDICATIVOS DA AVALIAÇÃO DAS FEIRAS ESTADUAIS

Ao longo do 2º semestre de 2005, 18 feiras estaduais de economia solidária foram realizadas, superando a meta inicial que previa a realização de 16 feiras. O conjunto de informações reunidas por meio da aplicação dos instrumentais do Programa de Avaliação estabelecido, fornece indicativos para a compreensão do sentido e relevância das feiras como mecanismos de fortalecimento da economia solidária¹, assim como dos desafios a superar e dos avanços a comemorar. Em meio à riqueza da enorme quantidade de informação gerada neste processo, cabe neste espaço destacar sumariamente os elementos principais de caracterização dos empreendimentos e feiras.

Metade dos empreendimentos formou-se a partir de 2002 e entre 2000 e 2002, quando surgiram 25%. Predominam nas feiras grupos informais (30%) e associações (30%). Cooperativas representam pouco mais de 10%. O artesanato é atividade de 1/3 dos grupos, alimentação de 15% deles e decoração, confecção, bijuteria e reciclagem variam entre 9% e 11%. 25% declaram integrar redes de produção/comercialização/troca e 35% afirmam não integrar redes, ainda que 50% afirmem receber apoio de assessorias. A presença de não sócio é irrelevante. Em relação a avaliação das feiras como espaços de exposição do empreendimento e de comercialização da produção, 40% consideraram razoável o volume de público visitante, 20% consideraram bom e outros 20% ruim. A avaliação da disposição de compra dos visitantes dividiu-se com pouca variação entre ruim/muito ruim e razoável/bom/muito.bom, em torno de 40%. Questões relacionadas à inadequação de época/data de realização das feiras parecem estar bastante relacionadas a estes indicadores. 25% dos empreendimentos declaram ter participado de rodadas de negócio. Ainda que a grande maioria não tenha experimentado esta atividade, 65% afirmaram que foram criadas possibilidades para negócios e parcerias futuras, confirmando a indicação de um dos aspectos positivos importantes das feiras mencionados pelo empreendimento: a integração e troca de experiências. Nesse sentido, 70% concordam que a feira contribuiu para a formação social e política e também para a melhor compreensão da economia solidária. Aqui é importante também considerar que 70% afirmaram ter participado de oficinas e/ou seminários. Os dados acima confirmam o sentido dos elementos que aparecem com mais destaque entre os aspectos positivos das feiras, ou seja, sua capacidade de promover integração, articulação e fortalecimento dos EES. Divulgação, estrutura, organização e formação, de modo geral, se apresentam como os principais desafios.

¹Os dados aqui apresentados devem ser lidos como a expressão de aproximações. Os números foram obtidos considerando um universo de cerca de 950 fichas, para as quais havia resposta anotada em média, em 65% a 70% das questões. Os percentuais acima fazem referência a esta parcela média de respondentes.



Elaboração:

Rizoneide Souza Amorim

Colaboração:

Amélia Virgínia Lucena Lima

Giselle Moura Schorr

Lourdes Marchi

Shirlei Aparecida Almeida Silva

Marcos Godinho

Economia Solidária Outra Economia Acontece.



Ministério do
Desenvolvimento Agrário
Secretaria de
Desenvolvimento Territorial
Secretaria de
Agricultura Familiar

Ministério do
Trabalho e Emprego
Secretaria Nacional
de Economia Solidária

